

PR. J. J. J.	
BIBLIOTECA	
A. T. T.	
22/06/16	
Volume:	Página:
4	8
Seção:	
Assunto:	
LOUOS	

SALVADOR Proposta deverá ser analisada por comissão especial, assim como ocorreu com o PDDU

Projeto da nova Louos começa a tramitar na Câmara Municipal

LUAN SANTOS

O projeto da nova Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo (Louos) de Salvador começou a tramitar ontem na Câmara Municipal com a entrega da proposta pelo secretário de Urbanismo, Sérgio Guanabara, ao presidente da Casa, ve-

reador Paulo Câmara (PSDB). A solenidade de entrega do documento aconteceu no Salão Nobre da Câmara, com a presença dos líderes do governo, o vereador Joceval Rodrigues (PPS), e da oposição, a vereadora Aladilce Souza (PCdoB), entre outros edis.

Segundo Paulo Câmara,

uma reunião do Colégio de Líderes será realizada na próxima terça-feira para discutir a tramitação da Louos na Casa e o calendário de audiências públicas — quatro a cinco serão promovidas pela Câmara.

Além disso, o projeto deverá ser analisado por uma comissão especial, assim como ocorreu com a tramitação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PD- DU), aprovado na última semana pela Câmara.

“Esse projeto vai ser debatido de forma transparente, para que toda a população fique sabendo do que está acontecendo e possa contribuir com o aprimoramento da matéria, que não chegou

pronta a esta Casa. Ele terá participação popular, de outras instituições e dos vereadores”, disse Câmara, complementando que mais de 20 emendas que não foram aceitas no PDDU serão debatidas agora por serem de competência da Louos.

Enquanto o PDDU versa, entre outros aspectos, sobre o que pode ser construído, a Louos indica como se pode construir, disciplina a implantação de atividades e empreendimentos.

Sombreamento

Uma das principais críticas da oposição e especialistas é que o projeto prevê a verticalização na orla e o consequente sombreamento da

praia. O secretário Sérgio Guanabara afirmou que isso não acontecerá. “É preciso que haja um estudo de sombreamento para que o empreendimento seja construído. Se indicar que vai haver sombra, não pode ser construído naquela altura”.

A vereadora Aladilce Souza disse que espera tramitação menos “apressada do que a do PDDU porque é preciso haver maior participação e debate”. Já o vereador Joceval Rodrigues afirmou que a tramitação do PDDU foi transparente e participativa e espera que assim seja com a Louos: “Houve grande participação da população, Ministério Público, universidades e dos vereadores”.